

TC 009.004/2016-6

Tipo: Tomada de Contas Especial

Responsáveis: Ana Paula da Rosa Quevedo, CPF 001.904.910-27 (peça 3), presidente do IEC e Instituto Educar e Crescer – IEC/DF, CNPJ 07.177.432/0001-11 (peça 4)

Interessado: Ministério do Turismo (MTur)

Advogado ou Procurador: não há;

Interessado em sustentação oral: não há

Proposta: mérito

INTRODUÇÃO

1. Cuidam os autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur), em desfavor do Instituto Educar e Crescer – IEC e da Sra. Ana Paula da Rosa Quevedo, presidente do IEC/DF, em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos públicos federais, conforme constatação de irregularidades na execução física e financeira do Convênio 660/2010, Siafi/Siconv 736898, celebrado entre a referida entidade e o MTur, em 4/6/2010, tendo por objeto “incentivar o turismo, por meio da implementação do Projeto intitulado “1º Canta Brasil Encontro de Gerações” (peça 1, p. 24-42), conforme plano de Trabalho aprovado (peça 1, p. 76-81).

HISTÓRICO

2. Conforme o disposto na Cláusula Quinta do termo de convênio, foram previstos R\$ 1.296.000,00 para a execução do objeto, dos quais R\$ 1.192.320,00 seriam repassados pelo concedente e R\$ 103.680,00 corresponderiam à contrapartida (peça 1, p. 30).

3. Os recursos financeiros do referido termo de convênio foram repassados mediante as seguintes ordens bancárias, a seguir:

Número	Ordem Bancária	Data de emissão (peça 1, p. 53)	Valor (R\$)	Data do crédito na conta específica (peça 1, p. 124)
1	20100B800937	28/6/2010	120.000,00	1/7/2010
2	20100B800938	28/6/2010	315.000,00	1/7/2010
3	20100B800939	28/6/2010	100.000,00	1/7/2010
4	20100B800940	28/6/2010	50.000,00	1/7/2010
5	20100B800941	28/6/2010	7.320,00	1/7/2010
6	20100B800942	28/6/2010	100.000,00	1/7/2010
7	20100B800943	28/6/2010	200.000,00	1/7/2010
8	20100B800944	28/6/2010	300.000,00	1/7/2010

4. O ajuste vigeu no período de 5/6/2010 a 31/8/2010 e previa a apresentação da prestação de contas até 30/9/2010, conforme Cláusula Quarta e seu parágrafo terceiro do termo do ajuste (peça 1, p. 30).

5. A prestação de contas Convênio 660/2010 foi analisada pelo MTur, consoante os seguintes documentos:

a) Relatório de supervisão *in loco* 0274/2010, de 12/8/2010 (peça 1, p. 56-65);

- b) Nota Técnica 3.096/2010, de 17/12/2010 (peça 1, p. 156-175);
c) Nota Técnica de Reanálise 396/2011, de 11/2/2011 (peça 1, p. 177-182), homologada em 11/2/2011;
d) Nota Técnica de Reanálise Financeira 81/2015, de 9/2/2015 (peça 1, p. 193-196), homologada em 13/2/2015.

7. O MTur concluiu, ante a não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, pela reprovação da prestação de contas do ajuste, com glosa do valor total repassado ao IEC, em face das seguintes irregularidades:

I- Ressalvas Técnicas (peça 1, p. 62):

- I- 1.** locação de 30 banheiros químicos, foram localizados apenas 16 banheiros;
I- 2. locação de 6 tendas 8x8, foram localizadas apenas 2 tendas;
I- 3. locação de 310 metros de fechamento, foram localizados aproximadamente 150 metros;
I- 4. locação de 400 metros de alambrado, foram localizados aproximadamente 100 metros;
I- 5. contratação de 80 seguranças, foram localizados apenas 20 seguranças.

II- Ressalvas Financeiras (peça 1, p. 180-181):

II.1. não foram encaminhadas cópias da publicação dos contratos de exclusividade entre os artistas e os empresários contratados, conforme dispõe Cláusula Terceira, inciso II, alínea "oo" do termo de convênio;

II.2. não foram encaminhadas fotografias do evento em mídia de CD ou DVD.

III- Ressalvas da CGU (peça 1, p. 181):

III.1 não foram apresentados esclarecimentos referente ao procedimento licitatório, em que pese o disposto no art. 11 do Decreto 6170/2007, em contraponto às evidências de direcionamento constatadas pela CGU;

III.2 não foram apresentados esclarecimentos complementares referentes à capacidade operacional para a execução do objeto do convênio da Premium Avança Brasil e do prestador de Serviços Conhecer Consultoria e Marketing Ltda. – ME;

III.3 não foram apresentados esclarecimentos a respeito da veracidade dos documentos apresentados, observando os indícios de irregularidades apontadas pela CGU;

III.4 não foram apresentados esclarecimentos a respeito do vínculo familiar e empregatício entre as pessoas responsáveis pela Conveniente e empresa contratada, conforme apontado pela CGU;

III.5 não foram apresentados esclarecimentos a respeito do vínculo entre a empresa Premium Avança Brasil e o Instituto Educar e Crescer - IEC.

7.1. Contudo, entendemos que as **Ressalvas da CGU** mencionadas nos subitens **III.2** e **III.5**, desta instrução, devem ser excluídas das irregularidades motivadoras desta TCE, porque este convênio refere-se ao Instituto Educar e Crescer e as prestadoras de serviços contratadas por aquele Instituto foram as empresas RC Assessoria e Marketing Ltda.-ME e Elo Brasil Produções Ltda.

7.2 Em relação às ressalvas dos subitens **III.1**, **III.3** e **III.4**, originadas da Nota Técnica 3.096/2010, de 17/12/2010 (peça 1, p. 156-175), que teve por escopo a verificação da capacidade operacional dos convenientes e das empresas contratadas, verificou-se possível regularidade na suposta contratação das empresas prestadoras de serviços e os vínculos existentes entre os convenientes, no âmbito do Ministério do Turismo. O Instituto Educar e Crescer – IEC foi citado na referida nota técnica, tendo participado firmado 19 convênios com o MTur, no valor total de R\$ 9.534.000,00.

7.3 Conforme se verifica na Nota Técnica 3.096/2010, não há evidência de capacidade operacional do IEC para gerenciar o montante de recursos recebidos, contrariando o disposto no art. 11 do Decreto 6.170/2007, uma vez que, para a execução do Convênio, foram contratadas as empresas RC Assessoria e Marketing e Elo Brasil Produções (peça 1, p. 157-158, e 180, item 01), que foram as responsáveis por executar de fato o objeto do convênio, o que justifica a citação para que a conveniente apresente as alegações de defesa referente ao subitem **III.1**.

7.4 A respeito do subitem **III.3**, verifica-se que não foram apontados os documentos sobre os quais são questionados a autenticidade. Por esse motivo, diante da imprecisão da irregularidade apontada, também deve ser excluído desta TCE.

7.5 Por fim, em relação ao subitem **III.4**, a CGU não apontou quais pessoas teriam vínculo simultâneo entre a entidade, IEC, e as empresas contratadas, RC Assessoria e Marketing e Elo Brasil Produções. Verificando o cadastro CNPJ das empresas contratadas e do IEC não foi possível identificar nenhum vínculo entre elas (v. peças 4, 6 e 7). Dessa forma, verifica-se que não há elementos suficientes para definir de maneira precisa a irregularidade apontada, devendo também esse subitem ser excluído desta TCE.

8. O IEC, bem como a sua presidente, Sra. Ana Paula da Rosa Quevedo, foram, em diversas oportunidades, chamados a adotarem providências para o saneamento das inconsistências verificadas nas supracitadas notas técnicas, ou devolverem os recursos repassados por força Convênio 660/2010, conforme os expedientes de peça 1, p. 176, 190-191, 192 e pelo edital de convocação à peça 1, p.197.

9. O Instituto Educar e Crescer (IEC), por meio do Ofício 022/2011 (peça 1, p. 183-187), justificou as irregularidades constatadas, porém, conforme a Nota Técnica de Reanálise Financeira 81/2015 (peça 1, p. 193-196), não foram aceitos.

10. O tomador destas contas elaborou o Relatório de Tomada de Contas Especial 332/2015 (peça 1, p. 204-208), concluindo pela responsabilização da Sra. Ana Paula da Rosa Quevedo, CPF 001.904.910-27, presidente do Instituto Educar e Crescer (IEC), pelo valor total original de R\$ 1.192.320,00 (peça 1, p. 208).

11. No âmbito do controle interno, o Relatório de Auditoria 153/2016, da Secretaria Federal de Controle Interno – CGU/PR, de 29/1/2016 (peça 1, p. 229-233), ratificou o entendimento do MTur, porém incluindo o Instituto Educar e Crescer (IEC) como corresponsável, tendo o Certificado de Auditoria e o Parecer do Dirigente do Órgão de Controle Interno (peça 1, p. 235-236) concluído pela irregularidade das contas. O pronunciamento da autoridade competente, a que se refere o art. 52 da Lei 8.443/1992, encontra-se à peça 1, p. 239.

12. Estes autos foram instruídos anteriormente por esta unidade técnica nos seguintes termos:

12.1 Na primeira análise (peças 11 e 12), esta Secex concluiu que, em decorrência da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos públicos repassados pelo Ministério do Turismo à referida Entidade, por força do Convênio 660/2010, Siafi/Siconv 736898, deveria ser promovida a citação solidária do Instituto Educar e Crescer – IEC/DF e da Sra. Ana Paula da Rosa Quevedo, para apresentarem as alegações de defesa quanto à não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, por força do Convênio firmado. Os responsáveis foram citados mediante Ofícios 0920/2016-TCU/SECEX-RN (peça 13) e 0919/2016-TCU/SECEX-RN (peça 14), ambos datados de 3/8/2016; e tomaram ciência das citações, conforme AR às peças 15 e 16.

12.2 Na segunda análise (peça 18), ante ao não atendimento da citação do Instituto Educar e Crescer (IEC) e da Sra. Ana Paula da Rosa Quevedo, se propôs que as contas da Sra. Ana Paula da Rosa Quevedo fossem julgadas irregulares e que ela e o IEC fossem condenados, solidariamente, em débito, bem como que lhes fosse aplicada, individualmente, a multa prevista no artigo 57 da Lei 8.443/1992.

12.3 O Ofício 0920/2016-TCU/Secex-RN, de 3/8/2016, foi encaminhado para o endereço: Rua 10, Chácara 167, Casa 26 – Vicente Pires – Brasília/DF CEP: 72.007-335 (peça 13). Sendo assim, apesar

do recebimento do Ofício 0920/2016 nesse endereço, conforme AR à peça 16, a citação pode não ser considerada válida, o que descaracterizaria a revelia aparentemente constituída nos autos, em relação ao IEC.

13. Em pronunciamento à peça 22, o Secretário da Secex-RN em reverência ao princípio da ampla defesa e consoante o disposto no inc. II do art. 179 do RI/TCU, determinou a realização de nova citação do Instituto Educar e Crescer – IEC, no endereço constante do cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ) da Receita Federal, qual seja: Setor SCS, quadra 1, bloco C, edifício Antônio Venâncio da Silva, s/n, sala 901 – Asa Sul – Brasília / DF, Cep: 70.395- 900.

14. Em cumprimento ao Despacho do Secretário desta Secex-RN (peça 22), foi promovida nova citação do Instituto Educar e Crescer – IEC, mediante o Ofício 1213/2016-TCU/SECEX-RN (peça 25), datado de 27/10/2016, no entanto conforme Aviso de Recebimento (peça 26), a ECT informou que o remetente mudou-se.

15. Em despacho (peça 28) o Secretário Substituto da Secex-RN determinou a expedição de citação, por meio de edital, ao Instituto Educar e Crescer (CNPJ 07.177.432/0001-11), na pessoa de sua representante legal, Ana Paula da Rosa Quevedo (CPF 001.904.910-27).

EXAME TÉCNICO

16. Apesar da publicação do Edital no Diário Oficial da União (peça 30), o Instituto Educar e Crescer (CNPJ 07.177.432/0001-11) e a Sra. Ana Paula da Rosa Quevedo (CPF 001.904.910-27), representante legal do IEC, não atenderam às citações e não se manifestaram quanto às irregularidades verificadas.

17. Transcorrido o prazo regimental fixado e mantendo-se inertes os aludidos responsáveis, impõe-se que sejam considerados revéis, dando-se prosseguimento ao processo, de acordo com o art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992.

18. Indica-se, a seguir, os elementos de responsabilização desta TCE:

a) **Responsáveis solidários:** Sra. Ana Paula da Rosa Quevedo, CPF 001.904.910-27, presidente IEC e Instituto Educar e Crescer – IEC, CNPJ 07177432/0001-11;

b) **Valor original do débito:** R\$ 1.192.320,00; **Data do débito:** 1/7/2010

c) **Valor atualizado até 16/12/2016:** R\$ 2.213.379,66 (peça 32);

d) **Situação encontrada:** não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos públicos repassados ao Instituto Educar e Crescer -IEC, por força do Convênio 660/2010, Siafi/Siconv 736898, haja vista a não elisão das ressalvas técnicas e financeiras apontadas na Nota Técnica de Reanálise 396/2011 (peça 1, p. 177-182), da Coordenação extraordinária de análise de prestação de contas e na Nota Técnica de Análise Financeira 81/2015, de 9/2/2015 (peça 1, p. 193-114), da Coordenação Geral de Convênios, ambas do Ministério do Turismo, bem como das ressalvas apontadas pela CGU, as quais sejam:

d.1) locação de 30 banheiros químicos, foram localizados apenas 16 banheiros;

d.2) locação de 6 tendas 8x8, foram localizadas apenas 2 tendas;

d.3) locação de 310 metros de fechamento, foram localizados aproximadamente 150 metros;

d.4) locação de 400 metros de alambrado, foram localizados aproximadamente 100 metros;

d.5) contratação de 80 seguranças, foram localizados apenas 20 seguranças;

d.6) não foram encaminhadas cópias da publicação dos contratos de exclusividade entre os artistas e os empresários contratados, conforme dispõe cláusula terceira, inciso II, alínea "oo" do termo de convênio;

d.7) não foram encaminhadas fotografias do evento em mídia de CD ou DVD;

d.8) não foram apresentados esclarecimentos referente ao procedimento licitatório, em que pese o disposto no art. 11 do Decreto 6170/2007, em contraponto as evidências de direcionamento constatadas pela CGU.

e) **Objeto:** Convênio 660/2010, Siafi/Siconv 736898, celebrado entre o Instituto Educar e Crescer- IEC e o MTur, em 4/6/2010, tendo por objeto incentivar o turismo, por meio da implementação do Projeto intitulado “1º Canta Brasil Encontro de Gerações”;

f) **Crítérios:** arts. 70, parágrafo único, da Constituição Federal; 93 do Decreto-lei 200/1967; 66 do Decreto 93.872/1986; 11 do Decreto 6170/2007; arts. 46 e 47 da Portaria Interministerial-MP/MF/MCT 127/2008; Preâmbulo e Cláusulas Segunda e Terceira, inciso II, alínea “a” e “oo”, do termo do Convênio 660/2010, Siafi/Siconv 736898; e item 9.5.1 do Acórdão 96/2008-TCU-Plenário;

g) **Evidências:** Relatório de Supervisão *in loco* 0227/2010 (peça 1, p. 56-65), Nota Técnica 3.096 (peça 1, p. 156-175), Nota Técnica de Reanálise 396/2011 (peça 1, p. 177-182), Nota Técnica de Análise Financeira 81/2015 (peça 1, p. 193-114), Relatório de TCE 332/2015 (peça 1, p. 204-208), Relatório de Auditoria 153/2016 (peça 1, p. 229-233);

h) **Conduta da presidente do IEC:** não comprovou a boa e regular aplicação dos recursos transferidos por força da avença, uma vez que não elidiu as ressalvas técnicas e financeiras apontadas Nota Técnica de Reanálise 396/2011 (peça 1, p. 177-182), da Coordenação Extraordinária de Análise de Prestação de Contas e na Nota Técnica de Análise Financeira 81/2015 (peça 1, p. 193-114), da Coordenação Geral de Convênios, ambas do Ministério do Turismo, bem como as ressalvas apontadas pela CGU na Nota Técnica 3.096 (peça 1, p. 156-175), citadas na alínea “d” acima;

i) **Nexo de causalidade:** a não comprovação da aplicação dos recursos do convênio, além de afrontar o princípio da legalidade, ensejou dano ao erário, tendo em vista que o objeto não foi executado como previsto no termo do convênio;

j) **Culpabilidade da presidente do IEC:** não há nos autos elementos que permitam concluir pela ocorrência de boa-fé do responsável. É razoável afirmar que era exigível, do responsável, conduta diversa daquela que adotou, consideradas as circunstâncias que o cercavam, pois como administrador do IEC, entidade essa que recebeu recursos por força Convênio 660/2010, Siafi/Siconv 736898, deveria ter executado o objeto avençado, obedecendo ao instrumento do ajuste e à legislação aplicável.

CONCLUSÃO

19. Diante da revelia do Instituto Educar e Crescer (IEC) e da Sra. Ana Paula da Rosa Quevedo e inexistindo nos autos elementos que permitam concluir pela ocorrência de boa-fé ou de outros excludentes de culpabilidade na conduta da presidente do IEC, propõe-se que as contas desses responsáveis sejam julgadas irregulares, com base no art. 16, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei 8.443/1992, e que sejam solidariamente condenados em débito, bem como que lhes seja aplicada, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992.

19.1 Ressalte-se que, conforme demonstrado nos autos, o Instituto Educar e Crescer (IEC), sob a gestão da Sra. Ana Paula da Rosa Quevedo, na condição de conveniente, terceirizou por completo a execução do ajuste às empresas RC Assessoria e Marketing Ltda. – ME (CNPJ: 11.803.678/0001-29) e Elo Brasil Produções Ltda. (CNPJ: 10.760.664/0001-02) (v. Relação de Pagamentos Efetuados, peça 1, p. 121). Dessa forma, não é possível estabelecer o nexo de causalidade necessário entre os recursos repassados pelo Ministério do Turismo e a realização do evento, o que justifica a reprovação das contas pelo valor integral repassado.

20. Cabe, por fim, nos termos do art. 16, § 3º, da mesma Lei c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, enviar cópia dos elementos pertinentes à Procuradoria da República do Distrito Federal, para o ajuizamento das ações civis e penais que considerar cabíveis.

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

21. Diante do exposto, submetemos os autos à consideração superior, propondo ao Tribunal:

- a) considerar revéis o Instituto Educar e Crescer (IEC) e a Sra. Ana Paula da Rosa Quevedo, com fundamento no disposto pelo art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;
- b) julgar irregulares as contas do Instituto Educar e Crescer (IEC), CNPJ 07.177.432/0001-11, e da Sra. Ana Paula da Rosa Quevedo, CPF 001.904.910-27, presidente do IEC, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas “b” e “c”, e 19, *caput*, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210, *caput*, e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU;
- c) condenar solidariamente o Instituto Educar e Crescer (IEC), CNPJ 07.177.432/0001-11 e a Sra. Ana Paula da Rosa Quevedo, CPF 001.904.910-27, ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R\$)	DATA DA OCORRÊNCIA
1.192.320,00	1/7/2010

Valor atualizado até 16/12/2016: R\$ 2.213.379,66 (peça 32)

- d) aplicar ao o Instituto Educar e Crescer (IEC), CNPJ 07.177.432/0001-11, e à Sra. Ana Paula da Rosa Quevedo, CPF 001.904.910-27, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do acórdão que vier a ser proferido até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
- e) autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações; e
- f) encaminhar cópia da deliberação que vier a ser proferida, bem como do relatório e do voto que a fundamentarem, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Distrito Federal, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

Secex-RN-D2, Natal/RN, 23 de março de 2017

(Assinado eletronicamente)

Edna de Castro Callado

Auditora Federal de Controle Externo

AUFC-CE - Matrícula 2506-2